

O CONTEXTO HISTÓRICO DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE CELSO FURTADO: APONTAMENTOS SOBRE DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Michelle Pinto Paranhos¹

Resumo

Este ensaio pretende situar historicamente a produção intelectual de Celso Furtado, buscando apreendê-la no contexto das transformações engendradas após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial. O texto encontra-se estruturado em quatro tópicos, nos quais são abordados os marcos históricos e elementos teórico-metodológicos importantes para a compreensão das teorizações de Furtado. O primeiro tópico discute a relevância da teoria furtadiana e a sua “produção para a ação”; o segundo identifica as origens da ideologia do desenvolvimento e apresenta a interpretação de Furtado em torno do modelo neoclássico; o terceiro tópico aborda o enraizamento da ideologia do desenvolvimento na América Latina tendo como foco as contradições sociais internas da região; por fim, o quarto tópico retoma aspectos do debate político-intelectual brasileiro nos anos 1950, destacando a influência das interpretações dualistas-etapistas da sociedade e da economia em suas três principais vertentes – a do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e da CEPAL, da qual Furtado foi um dos principais expoentes.

Palavras-chave: Celso Furtado; CEPAL; Subdesenvolvimento; Ideologia do desenvolvimento; Nacional-desenvolvimentismo.

THE HISTORICAL CONTEXT OF INTELLECTUAL PRODUCTION OF CELSO FURTADO: NOTES ON DEVELOPMENT AND UNDER DEVELOPMENT

Abstract

This essay intends to situate Celso Furtado's intellectual production historically, seeking to apprehend it in the context of the transformations engendered after

¹ Doutoranda e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ). E-mail: michelle.paranhos@gmail.com.

1945, with the end of the Second World War. The text is structured in four topics, in which important historical landmarks and theoretical-methodological elements are addressed for the understanding of Furtado's theorizations. The first topic discusses the relevance of Furtado's theory and his "production for action"; the second topic identifies the origins of the development ideology and presents Furtado's interpretation of the neoclassical economic model; the third topic addresses the implementation of development ideology in Latin America focusing on the region's internal social contradictions; inally, the fourth topic takes up aspects of the Brazilian political-intellectual debate in the 1950s, highlighting the influence of dualist-stage interpretations of society and the economy in its three main currents - that of the Partido Comunista Brasileiro (PCB), of the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) and CEPAL, of which Furtado was one of the main exponents.

Keywords: Celso Furtado; CEPAL; Underdevelopment; Ideology of development; national-developmentalism

EL CONTEXTO HISTÓRICO DE LA PRODUCCIÓN INTELECTUAL DE CELSO FURTADO: NOTAS SOBRE EL DESARROLLO Y EL DESARROLLO

Resumen

Este ensayo pretende situar históricamente la producción intelectual de Celso Furtado, buscando aprehenderla en el contexto de las transformaciones engendradas a partir de 1945, con el fin de la Segunda Guerra Mundial. El texto se estructura en cuatro partes, en las que se abordan hitos históricos y elementos teóricos y metodológicos relevantes para la comprensión de las teorizaciones de Furtado. La primera parte trata de la relevancia de la teoría furtadiana y su "producción para la acción"; el segundo identifica los orígenes de la ideología del desarrollo y presenta la interpretación de Furtado del modelo neoclásico; la tercera parte aborda el arraigo de la ideología del desarrollo en América Latina con un enfoque en las contradicciones sociales internas de la región; Finalmente, la cuarta parte retoma aspectos del debate político-intelectual brasileño en la década de 1950, destacando la influencia de las interpretaciones dualistas de la sociedad y la economía en sus tres líneas principales: la del Partido Comunista Brasileño (PCB), del Instituto Superior de Estudios Brasileños (ISEB) y CEPAL, de los cuales Furtado fue uno de los principales exponentes.

Palabras clave: Celso Furtado; CEPAL; Subdesarrollo; Ideología del desarrollo; Nacional-desarrollismo.

Introdução

Celso Furtado foi um dos maiores economistas do século XX. Suas análises sobre a formação econômica e social brasileira e sobre a especificidade do desenvolvimento dos países da América Latina

representaram uma contribuição mundial para as ciências sociais. Em sua extensa e diversificada obra – mais de trinta publicações² – buscou constituir as economias e sociedades subdesenvolvidas como objeto específico de estudo, inaugurando o método histórico-cultural, junto aos economistas da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), nos anos 1950.

A leitura da obra de Furtado, assim como a de outros intérpretes do Brasil como Caio Prado Júnior, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theothônio dos Santos e Florestan Fernandes – com quem o economista compartilharia seu centenário neste ano de 2020, autores clássicos do pensamento social, nos permite vislumbrar, sob uma perspectiva crítica, novas respostas para os dilemas contemporâneos das sociedades de capitalismo dependente.

Diante da insuficiência da estratégia neoliberal de desenvolvimento em retomar o ritmo de acumulação dos “anos gloriosos” do capitalismo, da ascensão do ultraliberalismo e do conservadorismo no Brasil e no mundo, as questões propostas por Furtado mantêm-se com renovada atualidade e isso se dá por um motivo aparentemente simples: como o desenvolvimento econômico permanece inalcançável para as chamadas áreas “subdesenvolvidas”, a cada marco histórico, o problema se coloca com força redobrada.

² Obras de Celso Furtado: 1946: “Contos da vida expedicionária”; 1954: “A economia brasileira”; 1956: “Uma economia dependente”; 1958: “Perspectivas da economia brasileira”; 1959: “Formação Econômica do Brasil”, “A Operação Nordeste” e “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”; 1961: “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”; 1962: “Subdesenvolvimento e Estado democrático” e “A pré-revolução brasileira”; 1964: “Dialética do desenvolvimento”; 1966: “Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina”; 1967: “Teoria e política do desenvolvimento econômico”; 1968: “Um projeto para o Brasil”; 1969: “Formação econômica da América Latina”; 1972: “Análise do ‘modelo’ brasileira”; 1973: “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”; 1974: “O mito do desenvolvimento econômico”; 1978: “Criatividade e dependência na civilização industrial”; 1981: “O Brasil pós-‘milagre’”; 1982: “A nova dependência, dívida externa e monetarismo”; 1983: “Não à recessão e ao desemprego”; 1984: “Cultura e desenvolvimento em época de crise”; 1985: “A fantasia organizada”; 1987: “Transformação e crise na economia mundial”; 1989: “A fantasia desfeita” e “ABC da dívida externa”; 1991: “Os ares do mundo”; 1992: “Brasil, a construção interrompida”; 1997: “O capitalismo global” e “Obra autobiográfica, 3 vol.”; 1999: “O longo amanhecer”; 2001: “Raízes do desenvolvimento”; 2002: “Em busca de novo modelo” (INTERPRETES DO BRASIL, 2020).

Nesse sentido, partimos da hipótese que a ideologia do desenvolvimento, abarcando diferentes projetos de variadas origens e filiações políticas, liberais, republicanas, socialistas, comunistas, neoliberais, foi e continua sendo hegemônica no cenário político-intelectual do Brasil contemporâneo, o que sublinha a atualidade e a importância das teorizações de Celso Furtado.

Este ensaio pretende situar historicamente a origem da produção intelectual de Furtado, tendo em vista a relação entre aspectos do capitalismo internacional e as particularidades do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina, no que tange às transformações engendradas após 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial. Neste período, surgem, a partir dos aparelhos estatais de hegemonia estadunidenses, as chamadas teorias do desenvolvimento, que passam a ser difundidas mundialmente através das recém-criadas agências multilaterais do capital, entre as quais encontra-se a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), instituição da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual Furtado foi um dos maiores expoentes na década de 1950.

O texto encontra-se estruturado em quatro tópicos, nos quais são abordados marcos e aspectos históricos e elementos teórico-metodológicos relevantes para a compreensão das teorizações de Furtado. Assim, não é pretensão desse estudo, realizar uma exegese ou uma pesquisa aprofundada dos conceitos presentes na obra do autor, fundamentalmente, se considerarmos a profusão e a densidade de seus escritos³.

O primeiro tópico traz à tona a relevância da teoria furtadiana e a sua “produção para a ação”, que se constituiu num dos principais elementos da teoria do subdesenvolvimento e que a torna a mais importante ideologia industrialista do período desenvolvimentista brasileiro. O segundo tópico identifica as origens da ideologia do desenvolvimento e apresenta elementos

³ Levando em conta o fato de que o autor pesquisou e buscou compreender contemporaneamente os fenômenos sociais e as transformações que estavam vindo à tona, nos anos 1950, tomamos como referência interpretações presentes em ensaios que integram os livros “Desenvolvimento e subdesenvolvimento” (2016 [1961]), “Teoria e política do desenvolvimento econômico” (1979[1967]); “O mito do desenvolvimento econômico” (1974), “Raízes do subdesenvolvimento” (2003 [2001]).

da interpretação de Furtado em torno do modelo de desenvolvimento implícito na teoria econômica aceita, o modelo neoclássico. O terceiro tópico aborda o enraizamento da ideologia do desenvolvimento na América Latina tendo como foco as contradições sociais internas da região. Por fim, o quarto tópico retoma aspectos do debate político-intelectual brasileiro nos anos 1950, destacando a influência das interpretações dualistas-etapistas da sociedade e da economia em suas três principais vertentes – o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a CEPAL.

1. O teórico do subdesenvolvimento

Nascido em 26 de julho de 1920, na cidade de Pombal, no alto sertão paraibano, Celso Furtado⁴ emergiu como pensador econômico e como cientista social na década de 1950, quando pertenceu ao quadro de economistas da CEPAL. Tendo como ponto de partida de sua investigação a economia brasileira em seu processo de industrialização, destacou-se por reconhecer que os problemas específicos do subdesenvolvimento mereciam uma interpretação teórica própria. O autor buscou demonstrar através de sua obra e de sua atuação política, a insuficiência e a inadequação das teorias europeias e estadunidenses sobre o desenvolvimento econômico para abordagem do problema no Brasil e nos demais países da América Latina.

⁴ Celso Furtado passou a integrar a CEPAL, como pesquisador e analista no ano de 1949, um ano após concluir o Doutorado em Economia pela Universidade de Paris-Sorbonne. Em 1953, presidiu o grupo misto Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elaborou um estudo sobre a economia brasileira com ênfase nas técnicas de planejamento, cujo relatório editado em 1955, seria a base do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Na década 1960, foi nomeado primeiro-ministro do Planejamento no governo João Goulart. Com o golpe civil-militar de 1964, foi incluído na primeira lista de pessoas cassadas durante a ditadura e teve seus direitos políticos cassados por 10 anos através do Ato Institucional n.º 1. Durante o exílio, realizou trabalhos em diversos países como Estados Unidos, França, países da África, Ásia e América Latina, como professor-visitante, conferencista e missionário das Nações Unidas. Celso Furtado voltou ao Brasil após a Lei de Anistia, 1979, filiando-se, 1981, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Foi convidado para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo do presidente Tancredo Neves, em 1985. Durante o governo Sarney, foi nomeado Ministro da Cultura, em julho de 1988, pediu demissão e retomou a vida acadêmica. Foi membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento da ONU/UNESCO, de 1993 a 1995. Faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 2004. Esse breve resumo bibliográfico, não dá conta da trajetória acadêmica e da atuação política, que se constituem como marca da sua “produção para a ação”.

Nos marcos da teoria do desenvolvimento, a teorização cepalino-furtadiana recoloca a discussão sob novos termos, constituindo as economias e sociedades subdesenvolvidas como objeto específico de estudo, sob o método histórico-estrutural.

Destacando-se no panorama desenvolvimentista brasileiro, a teorização de Furtado e da CEPAL converteu-se na mais importante ideologia industrialista da época, influenciando e determinando políticas concretas e a ação de vários governos latino-americanos, o que constitui um dos elementos centrais da teoria.

Tendo começado seu roteiro teórico procurando escapar das limitações e da rigidez produzidas pela ausência de teorização original sobre as economias e sociedades latino-americanas, e especialmente sobre a brasileira, a obra de Furtado transforma-se ela mesma numa ideologia; se esse é o critério pelo qual se pode medir o alcance de sua influência, é também um critério pelo qual se pode ajuizar a temporalidade de sua obra (OLIVEIRA, 2003, p. 37).

Segundo Francisco de Oliveira (2003, p. 36), “a produção para a ação é a *economia política* de Celso Furtado”, é ao mesmo tempo a explicação de seu sucesso até hoje e a sua mais séria limitação. Oliveira destaca que a ideologização do pensamento furtadiano se deve ao fato de que, em suas formulações teóricas, todo conhecimento é orientado para solucionar alguma questão, sendo assim, no momento em que suas “teses para a ação” demonstram, mesmo que aparentemente, qualquer tendência contrária ou insuficiente para a compreensão ou justificação da realidade econômica, social e política, passam a ser vistas como não tendo relevância prática e ideológica.

Em síntese, a fusão de uma visão histórica com elementos teórico-instrumentais keynesianos, núcleo principal teoria do subdesenvolvimento furtadiano, faz com que os ideólogos do neoliberalismo tomem como superadas a sua obra, preterindo a sua bibliografia dos cursos de economia e do debate público durante a década de 1990. A produção que se fundou no conhecimento empírico das economias latino-americanas, teorizando contemporaneamente os próprios processos percebidos, como aponta Oliveira, “delimitou-se não só historicamente como perdeu capacidade explicativa à medida que a realidade se afastou crescentemente das

esperanças abertas pela teoria e pela prática – as agendas de ação – nela fundadas” (OLIVEIRA, 2003, p. 18).

Como qualquer produção científica, a obra de Furtado é historicamente determinada. Neste sentido, sua produção intelectual, não pode ser compreendida se deslocada do debate mais amplo sobre o desenvolvimento econômico e sobre o subdesenvolvimento à época, já que foi um dos intelectuais que mais se dedicou à temática. É preciso compreender as determinações históricas e sociais da construção e difusão da teoria de Celso Furtado e da CEPAL, ou seja: por que surge a teoria do desenvolvimento e quais são as condições que possibilitam que ela nasça e se afirme como hegemônica?

Vejamos a seguir alguns apontamentos sobre a teoria e ideologia do desenvolvimento a fim de situar histórica e socialmente a produção intelectual de Celso Furtado.

2. O desenvolvimento como teoria e ideologia: a crítica furtadiana ao modelo neoclássico

O desenvolvimento é uma ideologia⁵. No entanto, precisamos considerar que sua eficácia e aceitação apoiam-se, em grande medida, na pretensa cientificidade e rigor da teoria da qual ela é portadora. Enquanto teoria e ideologia, o desenvolvimento redefine e renova as orientações políticas e ideológicas das velhas questões do progresso e da evolução. E, embora pareça sempre fora de alcance, nos últimos 70 anos e atualmente, o desenvolvimento vem sendo compreendido como um objetivo a ser perseguido, e desde o seu enraizamento, a temática nunca deixou de estar presente no debate político-intelectual latino-americano.

⁵ Por se tratar de um conceito polissêmico, o termo ideologia, mesmo dentro do campo marxista, apresenta diferentes entendimentos. Não se tem a intenção de estabelecer aqui uma definição para o termo, no entanto, é importante destacar que se parte da compreensão de que o desenvolvimento engendra uma estratégia ideologizante, pois esvazia os elementos históricos e particulares das sociedades de capitalismo dependente. Aqui, tomaremos a categoria ideologia como um sistema de crenças, valores e representações que se autoproduzem nas sociedades de classes com o objetivo de explicar, justificar e legitimar o sistema de dominação e estrutura material de exploração. Nesse sentido, a possibilidade de depurar e desvelar a ideologia é perpassada pela luta de classes e se dá através do discurso crítico vinculado à consciência da classe dominada.

Um mito, foi assim que Celso Furtado se referiu ao desenvolvimento, em sua obra publicada em 1974, quinze anos após o desligamento da CEPAL.

[...] os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporcionam conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um reflexo da realidade objetiva (FURTADO, 1974, p. 13).

O autor definiu o papel diretor do *mito do desenvolvimento econômico* nas ciências sociais, como uma “prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa e na criação da sociedade industrial” (FURTADO, 1974, p. 14).

O termo desenvolvimento que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, marcou e ainda marca a narrativa da história mundial e o pensamento político e acadêmico, enraizou-se fortemente no Brasil, organizando o pensamento e o debate das ciências sociais no país, principalmente no campo econômico.

Segundo Celso Furtado (1974, p. 14), no terceiro quartel do século XX, noventa por cento da literatura encontrada nas ciências sociais fundava-se na ideia, que se dava como evidente, a partir da qual “o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial”, poderia ser universalizado.

Essa ideia tem sua origem no interior da concepção estadunidense de guerra fria (que a própria teoria do desenvolvimento ajudou a materializar), como parte da consolidação da hegemonia estadunidense e da construção da hegemonia do próprio capitalismo. A partir da década de 1940, estabeleceu-se um enorme aparato de produção de conhecimento voltado para a aplicação de políticas públicas e para a construção social de ideias e valores que apresentavam o desenvolvimento econômico como “fim político incontestável”⁶.

⁶ Em tese de doutorado, defendida em 2015, Fernando Correa Prado parte da tese de que as variadas análises orientadas pelo horizonte utópico do desenvolvimento e pautadas pela questão motora (sobre como se desenvolver?) corroboram a ideologia do desenvolvimento, já que tendem a desistoricizar o desenvolvimento e naturalizar as relações de dominação e de exploração através de um sistema de ideias que apresenta os processos históricos particulares dos países “industrializados” como sendo passíveis de universalização (PRADO, 2015).

Cardoso (2005) chama atenção para o movimento de aproximação entre cientistas e o Estado que surgiu no decorrer da Segunda Guerra. O governo dos Estados Unidos convocou os acadêmicos a participarem do esforço de guerra, voltando a produção de conhecimento para os problemas militares e estratégicos enfrentados. Os cientistas sociais tiveram apoio governamental e, assim, suas pesquisas foram utilizadas em propagandas, guerra psicológica, serviços de inteligência e de informação. Com o término da guerra, eles reivindicaram a continuidade do apoio em novos programas do pós-guerra, reorientando as pesquisas e projetos aos problemas práticos colocados pela guerra fria, sob uma forma teórico-metodológica a partir da qual o controle social surge como o cerne de estruturação da sociedade.

A “teoria” do desenvolvimento foi produzida, inicialmente, em órgãos governamentais estadunidenses ou em instâncias a eles associadas e foi ganhando como espaço de difusão os centros de pesquisa, universidades e as agências internacionais do capital. Economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, psicólogos, entre outros voltaram suas reflexões e suas propostas para o desenvolvimento. Aparelhos privados e estatais de hegemonia, tal como nos mostra Prado (2015), existentes nos países capitalistas ditos centrais, sob a tutela dos Estados Unidos, estimularam e orientaram a produção de teorias sobre o desenvolvimento de outros países.

Surgiu, então, uma profusão bibliográfica de tradição neoclássica que se inscreve no campo denominado como “economia do desenvolvimento”⁷, cujo objetivo fundamental foi pautado pela questão de como desenvolver as regiões que, a partir daquele momento, passariam a ser denominadas “áreas subdesenvolvidas”. Essas análises tinham como propósito definido explicar e

⁷ Moraes (2005, 2006) examina a reflexão ocidental sobre o desenvolvimento, focalizando alguns cientistas sociais que participam da fundação do pensamento modernizador no período entre 1940 e 1960, situando suas obras emblemáticas em dois grupos: o primeiro seria constituído pelos teóricos da economia do desenvolvimento de formação neoclássica e keynesiano-neoclássica – entre os intelectuais que se destacaram nesse campo estavam Willian Arthur Lewis, Paul Rosentein, Ragnar Nurske, Walt Whitman Rostow, Hans Singer, Norman Buchanan, Howard Ellis, Gerald M. Méier, Robert Baldwin, Charles Kindleberger, Irma Adelman, entre outros – e o segundo grupo seria constituído pelos cientistas sociais de outras áreas formados na tradição funcionalista – tendo entre seus representantes Talcott Parsons, Daniel Lerner, Edward Shils, Marion Levy, Jr., Gabriel Almond, LucianPye, David Riesman, David M. Potter, Bert Hoselitz, David McClelland, Alex Inkeles.

justificar as desigualdades que caracterizam as relações econômicas sob o modo de produção capitalista e responder à inconformidade das ex-colônias latino-americanas – que desde os anos 1910 já se orientavam na direção da industrialização e que buscavam se integrar à expansão do capitalismo internacional – e do conjunto de novas nações que emergiam dos processos de independência das colônias asiáticas e africanas no final dos anos 1940 e no decorrer da década de 1950.

Sob aparente rigor científico, a “teoria do desenvolvimento econômico” buscava “explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social” (FURTADO, 2009, p. 25).

Apresentando-se não apenas como suporte teórico para explicar e justificar o subdesenvolvimento, mas também como eixo para a proposição de metas gerais – constituídas com base nas economias “desenvolvidas” – que os países deveriam seguir para superá-lo. Tais análises fundamentavam-se na construção de modelos ou esquemas teóricos dos sistemas econômicos existentes, que buscavam explicar o “problema do subdesenvolvimento” igualando o “desenvolvimento” a determinados processos históricos de países industrializados.

Em “Desenvolvimento e Subdesenvolvimento” (2009), obra publicada originalmente em 1961 e que reúne estudos⁸ elaborados entre 1952 e 1960, período em que se dedicou ao trabalho na CEPAL, Furtado sistematiza a teoria do subdesenvolvimento, denunciando a inadequação e a insuficiência das teorias europeias (clássica, marxista e keynesiana) para a compreensão das economias subdesenvolvidas. Na primeira parte do livro, intitulada “Desenvolvimento”, o autor busca reconstituir o modelo de desenvolvimento

⁸ O livro divide-se em duas partes: a primeira parte, intitulada “Desenvolvimento”, é composta por três ensaios nos quais o autor se ocupa da análise do método, dos mecanismos e do processo histórico do desenvolvimento econômico, partindo da crítica aos princípios teóricos e metodológicos da ciência econômica; a segunda parte, “Subdesenvolvimento”, composta por três outros ensaios, abre a discussão em torno do problema específico do subdesenvolvimento e busca aplicar as formulações à interpretação do desenvolvimento brasileiro (FURTADO, 2009). Os capítulos foram reproduzidos parcialmente em “Teoria e política do desenvolvimento econômico” (1979 [1967]).

implícito na teoria econômica aceita, para ele, a teoria que se pode extrair do modelo neoclássico é simples e se formula da seguinte maneira:

O aumento de produtividade do trabalho (que se reflete na elevação do salário real) é consequência da acumulação de capital, a qual, por sua vez, está na dependência da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais e do preço de oferta da poupança [...]. Com efeito, as ideias de lucro, acumulação, desenvolvimento não cabem no modelo neoclássico se não como consequência do afastamento da posição de equilíbrio (FURTADO, 2009, p. 62).

O pensamento neoclássico corresponde a uma “ideologia defensiva” que reflete, segundo Furtado (2009, p. 67), “a necessidade de contornar os escolhos criados pelos discípulos socialistas dos clássicos e o desejo implícito de justificar a ordem social existente como aquele que permitiu o uso mais racional dos recursos disponíveis”.

À luz das proposições neoclássicas ou marginalistas e keynesianas, o discurso do desenvolvimento procurou na história dos países “avançados” os fatores que teriam proporcionado a industrialização, associando, automaticamente, o processo de desenvolvimento à revolução industrial do leste europeu e nos Estados Unidos.

Furtado destaca que o advento da economia industrial europeia é um fenômeno cuja compreensão é de grande importância:

Do ângulo da teoria do desenvolvimento econômico esse fenômeno se configura como verdadeiramente transcendental, pois se lográmos bem compreendê-lo estaremos capacitados para penetrar a fundo na análise do sistema econômico atual, identificar as diferenças fundamentais que apresenta esse sistema em seus diversos graus de desenvolvimento e perscrutar as potencialidades que este apresenta como propulsor do progresso econômico (FURTADO, 2009, p. 124).

No entanto, embora destaque a importância da compreensão dos modelos baseados na observação do comportamento histórico e na estrutura social das economias industrializadas, Furtado pressupõe que a tarefa explicativa da teoria do desenvolvimento projeta-se não apenas no plano abstrato, mas fundamentalmente, no plano histórico, destacando a necessidade do confronto do modelo explicativo com a realidade dada e a singularidade de cada fenômeno histórico de desenvolvimento. Empreende nessa direção a crítica ao método neoclássico e a sua elevação à categoria de

abstração universal e a-histórica, buscando construir um modelo teórico que aproximava a análise econômica e o método histórico, tomando empréstimos de vários campos teóricos redefinidos em uma nova teorização inteiramente original. Segundo Furtado:

As características da realidade social e política latino-americana são ignoradas na maioria desses estudos, que se limitam a uma análise dos fatores econômicos pertinentes, sobretudo, aqueles relacionados com o comércio exterior e com as finanças públicas. Ocorre, entretanto, que, embora as variáveis econômicas possam ser definidas a partir de princípios gerais de economia, o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social (FURTADO, 2011, p. 119).

Na concepção dos economistas do desenvolvimento, o processo histórico em questão passa a ser compreendido de forma idealizada, o que se desdobra no entendimento de que as observações feitas em um modelo possuem validade e alcance universal para explicação do processo de desenvolvimento em geral. Esse mecanismo engendra uma estratégia ideológica que cumpre papel desistoricizante, ao esvaziar os elementos particulares dos processos históricos e naturalizar o desenvolvimento capitalista.

Pode-se objetar que essa identificação entre projeto político para o desenvolvimento e processos históricos de desenvolvimento (identificado, por sua vez, com desenvolvimento capitalista em geral, embora esse adjetivo muitas vezes seja ocultado, o que também tem implicações ideológicas) seria fruto de uma perspectiva realista e não utópica, pois há ou houve um *topus* concreto, representado pelo processo histórico em questão, que serve de horizonte. Mas isso é verdadeiro e falso ao mesmo tempo. O problema nesta formulação é que ignora (ou finge que ignora, numa leitura mais cínica) inúmeras evidências que fazem do processo histórico “modelo” algo único, uma forma particular de uma totalidade, um processo não universalizável, mas que, no entanto, é tomado como abstração – um juízo, uma ideia, um conceito: o desenvolvimento –, que deveria representar ao mesmo tempo o ideal singular e o ideal universal (PRADO, 2015, pp. 29-30).

Como se todas as sociedades estivessem dispostas ao longo de uma mesma escala, o desenvolvimento se define, no interior da ideologia do desenvolvimento, como a passagem de um padrão de sociedade “arcaico”, “atrasado”, “semicolonial”, a um padrão “moderno”, supondo o desenvolvimento capitalista como uma mudança natural intrínseca a toda sociedade, um processo contínuo necessário e que seria alcançável por todos

os países. No interior dessa escala o subdesenvolvimento representaria uma etapa prévia do desenvolvimento. Sendo assim, as obras vinculadas ao campo da economia do desenvolvimento dispensavam a necessidade de tratar historicamente as mudanças sociais, tomando como referência um modelo constituído a partir de um tipo de sociedade ideal e abstrata. No contexto da teoria do desenvolvimento, o objeto de análise passa a ser toda e qualquer sociedade, em qualquer tempo e lugar, e, nesse sentido, desenvolvimento e subdesenvolvimento são explicados a partir do mesmo modelo ou esquema teórico, encobrindo, como é próprio de toda ideologia, as contradições e antagonismos de classe.

3. A ideologia do desenvolvimento na América Latina

A ideologia do desenvolvimento enraíza-se na América Latina, não apenas pela vinculação direta à esfera de influência dos Estados Unidos, mas fundamentalmente devido às condições concretas e às contradições sociais internas da região, que já continha em seu interior relações sociais especificamente capitalistas.

Diferentemente dos novos países que emergiam dos processos de descolonização, os países da América Latina já haviam engendrado estruturas capitalistas e Estados nacionais e, desde o final do século XIX, já haviam iniciado seus processos de industrialização, a partir do compromisso entre as burguesias industriais nascentes e as antigas oligarquias primário-exportadoras. A América Latina era, portanto, um cenário propício para uma ideologia que apontava a industrialização como o caminho necessário para o desenvolvimento.

Segundo Furtado (2011), o processo de industrialização na América Latina compreende duas fases bem definidas. A primeira fase, que se estende do fim do século XIX, até 1929, tem como fator dinâmico a elevação da renda nacional e a expansão do mercado interno, apoiada na exportação de produtos primários. A segunda fase, que se estende pelos três decênios seguintes, tem uma complexidade bem maior, caracteriza-se pelas tensões estruturais motivadas pelo declínio da capacidade para importar.

A crise de 1929 representa, assim, um ponto de inflexão (ou de ruptura) no padrão de divisão internacional do trabalho fundado na existência de países produtores de manufaturas *versus* países produtores de matérias-primas, dando ao setor industrial latino-americano que, até aquele momento, havia apresentado crescimento modesto, um novo estímulo externo.

Furtado (2011, p. 137) analisa que a crise mundial de 1929 e a depressão prolongada que a ela se segue, para grande parte dos países da América Latina, teriam iniciado um processo de reversão da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho que assumiu duas formas: a primeira consistiu em um processo de “reversão dos fatores antes utilizados em atividades dependentes do setor externo ao âmbito da economia pré-capitalista, na agricultura ou no artesanato”; a segunda forma consistiu na industrialização, que nas economias latino-americanas assume a forma de um processo de substituição das importações. Com o colapso do setor externo em torno do qual se organizavam as economias latino-americanas, as incipientes indústrias de bens de consumo existentes na região ganharam importância, pois a queda mundial dos preços das matérias-primas e a elevação relativa dos produtos importados reduziram drasticamente a capacidade de importação, impulsionando o crescimento da produção industrial e, assim, a ampliação significativa do mercado interno desses países.

As transformações estruturais que se operaram nesse período, guardadas as devidas especificidades das economias latino-americanas, de um modo geral, se expressam socialmente no surgimento das burguesias industriais e de um novo contingente de trabalhadores assalariados, evidenciando novas contradições nas relações de força entre os grupos políticos. O que se pretende evidenciar aqui é que as transformações que ocorrem na periferia do sistema capitalista não são mero reflexo da economia internacional, mas decorrem fundamentalmente das condições estruturais internas que permitiram a acumulação e o crescimento do mercado interno. É através das ações concebidas internamente pelas classes dirigentes que se criam as condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao

mercado interno, marcando o início de uma nova fase da economia latino-americana, de desenvolvimento da estrutura produtiva de base urbano-industrial.

A interrupção quase total da oferta externa em decorrência da guerra, durante os anos 1940, permitem que os processos de industrialização tenham continuidade e se intensifiquem, firmando o espaço para a difusão da ideologia do desenvolvimento e para a mentalidade “desenvolvimentista”, que possibilitaria a formulação de políticas sistemáticas de industrialização.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as economias latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão das importações em 7,5% ao ano nesse mesmo período. Isso abria espaço ao fortalecimento da ideologia industrializante, que apenas vinha dando os primeiros passos na região. Ao mesmo tempo, disseminava-se a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar o terreno com a volta à normalidade no pós-guerra, potencializando a restauração da ideologia liberal dominante até os anos 1930, fundamentada do ponto de vista acadêmico, na teoria da divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas ricardianas (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

Nesse sentido, “a volta da normalidade no pós-guerra” introduziu o processo de reconstrução das economias devastadas pela guerra que se instaurava na direção da restauração da divisão internacional do trabalho existente antes da guerra, mantendo a indústria como estratégia central dos países “desenvolvidos”, enquanto aos países não industriais do sistema relegava o papel de produzir matérias-primas e produtos agrícolas. Segundo Furtado:

As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema. Contudo parece inegável que a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países cêntricos serão cada vez mais dependentes de recursos naturais não-produtivos por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na sua mão-de obra barata um dos principais pontos de apoio para firmar-se no conjunto do sistema (FURTADO, 1974, p. 59).

Os primeiros anos da década de 1950 constituem uma virada nas relações da América Latina com o imperialismo estadunidense. Como parte do esforço de guerra, as tecnologias e técnicas compatíveis com o padrão de acumulação fordista se implantaram na Europa e no Japão, através de

políticas como o Plano Marshall ou da participação direta de capitais privados subsequente. Em contrapartida, na América Latina, as condições eram bem menos favoráveis, a ajuda externa só começaria com a Aliança para o Progresso, mesmo assim em quantidades insuficientes. Já que para competir com esses países, que tiveram uma rápida recuperação, as economias latino-americanas precisavam elevar a produtividade do trabalho, lançando mão da “ajuda externa” sob a forma de equipamentos e técnicas, o financiamento externo da região tornou-se dependente da expansão do investimento direto das grandes empresas estadunidenses. Frente à ampliação da penetração dos capitais privados, as burguesias industriais latino-americanas optam por associar-se a esses capitais, beneficiando-se das linhas de crédito e da transferência de tecnologias, que embora fossem obsoletas para os países industrializados, eram avançadas para a América Latina.

Para Furtado (2009), o que caracteriza uma economia dependente é o papel subalterno que nela desempenha o progresso tecnológico. Ao contrário da ordenação dos fatores primários de impulsão que caracterizam o desenvolvimento autônomo, em que o progresso tecnológico precede a acumulação e as mudanças estruturais decorrentes da alteração no perfil da demanda, no processo de desenvolvimento dependente, essa sequência seria inversa: as modificações na composição da demanda seriam o primeiro fator, seguido da acumulação e, por último, do progresso técnico.

As origens e a afirmação da mentalidade desenvolvimentista tiveram como pano de fundo um processo de industrialização que se intensificou em meio à crise internacional do capital na primeira metade do século XX. Entretanto, essa afirmação só foi possível a partir das determinações sociais constituídas pelos interesses econômicos concretos que estavam sendo postos no interior das economias latino-americanas. As classes sociais que havia aqui lutavam pela industrialização e para não voltar ou não permanecer subordinadas aos esquemas da velha divisão internacional do trabalho dos anos anteriores a 1930, governada pelas vantagens comparativas. Frente à possibilidade de retomada do liberalismo econômico

após o fim da Segunda Guerra Mundial, o enraizamento da ideologia do desenvolvimento na América Latina se fará a partir de determinações sociais próprias, que irão resultar na emergência do pensamento da CEPAL, consolidado na teoria do subdesenvolvimento, que refletirá os interesses econômicos concretos e o conflito das frações burguesas nacionais com o capital estrangeiro.

4. O cenário político e intelectual brasileiro dos anos 1950: o debate sobre a formação e o desenvolvimento nacional

O modelo de desenvolvimento implícito na teoria econômica aceita, à luz das proposições neoclássicas ou marginalistas e keynesianas, repercutiu sobre o pensamento econômico brasileiro. Nesse contexto, estava em evidência a ideia de que o processo de industrialização e/ou a plena consolidação do capitalismo no Brasil e nos países latino-americanos seria a resposta para os problemas causados pelo subdesenvolvimento. A produção e o debate intelectual da época, como procuramos evidenciar anteriormente, passaram a gravitar em torno da possibilidade de se reproduzir, nos países “periféricos”, “atrasados”, “subdesenvolvidos”, um processo de desenvolvimento nos moldes do que havia se realizado nos países centrais.

Tanto à direita quanto à esquerda, os embates sobre a caracterização da economia e da sociedade brasileira, do final dos anos 1940 e até a primeira metade dos anos 1960, foram marcados por uma espécie de consenso desenvolvimentista, que mesmo dentro da esquerda conformava uma espécie de senso comum, influenciando diferentes práticas e ações políticas, movimentos partidários e movimentos sociais. Nesse período, o pensamento de esquerda foi hegemonizado por uma concepção teórica que ficou conhecida como dualista, dentro da qual o desenvolvimento econômico estava fortemente identificado ao processo de industrialização. Nessa ótica, as economias subdesenvolvidas eram concebidas como sendo constituídas por “estruturas dualistas” antagônicas: em que um “núcleo capitalista” moderno (urbano-industrial) passava a coexistir com uma “estrutura

arcaica” (agrário-exportadora), considerada “pré-capitalista”, “feudal” ou “semifeudal”

Infere-se que as estruturas subdesenvolvidas são sistemas dualistas, constituídos de setores ou departamentos em que prevalecem critérios econômicos distintos. Em uma representação esquemática desses sistemas, chamaremos de departamento desenvolvido o núcleo que, predominando a tecnologia moderna, esteja produzindo para o mercado interno ou externo. Ao setor remanescente da estrutura pré-capitalista chamaremos de departamento atrasado (FURTADO, 1979, p. 170).

O subdesenvolvimento era entendido como um estrave ao desenvolvimento, como um estágio, uma etapa prévia ao desenvolvimento do moderno capitalismo consolidado na Europa e nos Estados Unidos. Segundo a tese da dualidade, as estruturas arcaicas, “pré-capitalistas”, impediam a expansão e o desenvolvimento do setor moderno, impossibilitando que se desse “o passo fundamental exigido para a criação de uma economia tipicamente capitalista” (FURTADO, 1979, p. 163).

Guardadas as devidas características particulares, partilhavam a perspectiva teórica dualista e etapista, os teóricos e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), os intelectuais aglutinados em torno da CEPAL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). No contexto político e social marcado pelas repercussões da Crise de 1929 e pela Revolução de 1930, que sinalizava a aceleração do processo de industrialização, “o período nuclear da maturação histórica da burguesia brasileira” e as condições materiais que lhe permitiriam aglutinar os interesses das “classes possuidoras” (FLORESTAN, 2006, p. 361), esses grupos tinham em comum a crítica ao liberalismo econômico, associado aos interesses do imperialismo, e a defesa do protagonismo da burguesia nacional e do Estado nacional no processo de desenvolvimento econômico.

Enquanto o PCB, surgiu na esteira do movimento revolucionário socialista, nos 1920, o ISEB e a CEPAL conceberam a visão nacional-burguesa ou nacional-desenvolvimentista do processo de industrialização e do desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina, que teve seu auge nos anos 1950.

Desde suas origens, nos anos 1920, o PCB orientou-se a partir das definições da Terceira Internacional que, após a morte de Lenin, ficou subordinada às concepções stalinistas e stalinianas, fundadas, por sua vez, numa aplicação mecânica do marxismo e das leis da economia política. As interpretações pcbistas acabavam por resultar num modelo esquemático de revolução, através qual definia-se que

[...] a sociedade brasileira estava submetida à pobreza e a desigualdade porque nela predominavam nas relações de produção, relações pré-capitalistas – feudais no meio rural – que impediam o desenvolvimento das forças produtivas. [...] Dessa análise decorria uma estratégia e uma ação política que defendiam a necessidade de aprofundar o desenvolvimento [capitalista] das forças produtivas no Brasil, como forma de superar o atraso econômico. [...] era necessário realizar uma revolução burguesa para conclusão da etapa capitalista da sociedade e, somente depois disso, dar passos rumo às mudanças transformadoras protagonizadas pela luta dos trabalhadores (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 18).

Para além da influência teórica nos diferentes campos da ciência, a visão etapista da Terceira Internacional tinha implicações diretas na luta político-ideológica dos trabalhadores e trabalhadoras dos países periféricos.

Entre os mais importantes e conhecidos intelectuais que militaram no PCB estavam Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, Alberto Passos Guimarães, Nelson Werneck Sodré, Carlos Marighella, Heleieth Saffioti, Jacob Gorender, Frank Svensson, Zuleide Faria de Mello e Caio Prado Jr., que abriu a discussão sobre a análise da realidade brasileira sob o ponto de vista do materialismo histórico. Uma das principais vozes dissidentes dentro do PCB, Caio Prado Jr.

apresentou as limitações da simplificação do marxismo operada pelo stalinismo e contestou a plataforma política proveniente dessas formulações.

As análises da conjuntura mundial que fundamentavam a interpretação do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e da Terceira Internacional estavam presentes nos partidos comunistas em toda a América Latina. A vertente comunista da ideologia do desenvolvimento passou a negar o caráter socialista da revolução nos países atrasados (DEMIER, 2012). Tomando como referência os processos históricos dos países “avançados” e, estabelecendo a consolidação da revolução democrático-burguesa como uma “etapa” precedente à revolução socialista, propunha como tática para

superar a “herança feudal” e o atraso, a aliança entre classe trabalhadora e burguesia nacional.

O ISEB foi criado através do Decreto n. 37.608 de 14 de julho de 1955, durante o Governo Café Filho, como um “um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário”, instituído como órgão do Ministério da Educação e da Cultura, diretamente subordinado ao Ministro de Estado. Tinha como finalidade:

o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (BRASIL, 1955).

Dotado de “autonomia administrativa e de plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra”, o ISEB atuou como uma escola de governo voltada para a formação de técnicos e dirigentes e para a produção de pesquisas como base para a formulação de políticas públicas, reunindo intelectuais de diferentes áreas e filiações teóricas sob a bandeira do nacional-desenvolvimentismo. Entre eles estiveram Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Cândido Mendes de Almeida e Álvaro Vieira Pinto, Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Burgos Cabal, José Augusto de Macedo Soares, Roberto Campos e Roland Corbisier. A primeira publicação do Instituto, “Introdução dos Problemas Brasileiros”, de 1956, indicava o propósito que unia o grupo:

a primeira contribuição do ISEB ao esforço conjunto pelo qual a inteligência brasileira procura tomar nova consciência da realidade nacional. Essa tarefa, em função da qual foi criado o ISEB, parece-nos o pressuposto indispensável à elaboração de uma ideologia de nosso desenvolvimento. Contribuindo para a formação dessa ideologia, acreditamos estar cumprindo a parte que nos compete na obra comum de emancipação do Brasil (ISEB *apud* FERDINANDO, 2014, p. 10).

Segundo Helio Jaguaribe ([1979] 2014), em seu “breve depoimento”, a intensa atividade intelectual do ISEB, através da organização de cursos e conferências, publicações de ensaios e livros, realizava-se em três principais planos: 1) no plano da teoria geral, visava a superação das limitações histórico-sociológicas do positivismo (análises clássicas e neoclássicas) e do

marxismo (interpretações marxistas do PCB), a fim de alcançar explicações e soluções para os problemas brasileiros; 2) no plano da teoria aplicada à análise da realidade brasileira, dedicava-se à análise estrutural-econômica, social, cultural e política da realidade brasileira, com o propósito de estabelecer os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional; 3) no plano da práxis política, buscava contribuir para a formulação de uma ideologia adequada à mobilização da sociedade brasileira para a realização do projeto de desenvolvimento nacional.

O autor destaca que, para além das características particulares de cada uma das fases⁹ do ISEB e da diversidade de posicionamentos pessoais de seus membros, mantiveram-se constantes: o compromisso com o objetivo de desenvolvimento nacional e a tese central, a partir da qual, para empreendê-lo era necessário mobilizar os esforços do país através de uma ideologia. Sendo assim, para os isebianos, o projeto de desenvolvimento nacional, capaz de produzir consensos políticos e mobilizar tais esforços, nas condições estruturais e históricas do Brasil e do mundo nos anos 1950, articulava-se em torno dos interesses de classe da burguesia. Sob tal ótica, a burguesia nacional brasileira seria a classe com condições objetivas de impor seus interesses às classes médias e ao proletariado, atribuindo a esses interesses um sentido conveniente ao conjunto do país através de uma formulação ideológica, o nacional-desenvolvimentismo.

Assim como o PCB, os isebianos consideravam, por “razões empírico-pragmáticas, que a direção do processo de [desenvolvimento] caberia necessariamente à burguesia nacional, implicando, por isso, toda uma série de requisitos táticos, decorrentes dos interesses daquela classe”

⁹ A primeira fase compreendeu o período de 1955 a 1958, em que se configurou o sistema de ideias isebiano, concentrando-se na tarefa de problematização e na tentativa de superação das perspectivas positivistas e marxistas. A segunda fase, de 1959 a 1960, foi marcada pela ênfase “militante”. E a terceira fase, iniciada em 1960, caracterizou-se pelo aprofundamento da ênfase militante e pela aproximação da perspectiva dos sindicatos e da juventude universitária, durante o Governo João Goulart, tendo fim com golpe civil-militar de 1964, quando a sede do instituto foi invada e destruída (JAGUARIBE, [1979] 2014). No dia 13 de abril de 1964, Paschoal Ranieri Mazzili, presidente da República em exercício, através do Decreto n. 53.884, tornava extinto o Iseb (BRASIL, 1964).

(JAGUARIBE, ([1979] 2014)). Estas concepções articulavam-se às visões cepalinas.

A CEPAL surgiu em 1948, como uma das comissões econômicas regionais das Nações Unidas criadas no pós-guerra, com o objetivo de difundir a ideologia do desenvolvimento nos países da América Latina. Liderada por Raúl Prebisch, reuniu uma equipe formada por alguns dos principais historiadores econômicos da América Latina, além de Celso Furtado, que foi um de seus principais expoentes, contou também com as contribuições do chileno Aníbal Pinto e do argentino Aldo Ferrer, autores de livros importantes sobre a história econômica¹⁰ de seus países. Além de nomes como Oswaldo Sunkel e Maria Conceição Tavares.

A partir da construção de um corpo analítico específico fundado sob o “método histórico-estrutural”, que articulava a análise das condições históricas da América Latina ao enfoque teórico-abstrato da teoria do subdesenvolvimento, a CEPAL inaugurou um programa de pesquisa no qual as economias e sociedades subdesenvolvidas latino-americanas foram definidas como objeto de estudo, apontando a emergência de fenômenos que não eram analisados pelos teóricos do desenvolvimento estadunidenses e europeus até então.

A perspectiva teórica sistematizada pela CEPAL representou uma transformação crucial da discussão sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento em escala mundial, realocando o debate sob novos termos e dando origem a uma profusão de noções e conceitos que passaram a vigorar na análise econômica – tais como “deterioração dos termos de

¹⁰ Em *Formação Econômica do Brasil*, considerado o seu mais famoso livro, Celso Furtado toma como base os estudos realizados na CEPAL e a pesquisa histórica precedente sobre a colônia e o Império para explicar o processo histórico de formação da economia brasileira, indicando as raízes históricas do subdesenvolvimento e expondo os obstáculos que bloquearam a formação nacional. Traduzido para nove línguas – espanhol (1962), inglês (1963), polonês (1967), italiano (1970), japonês (1972), francês (1972), alemão (1975), romeno (2000) e chinês (2002) –, o livro clássico de Celso Furtado foi escrito durante o ano de 1958, no bojo das lutas sociais que culminaram com a campanha pelas reformas de base, representando um marco no pensamento crítico social brasileiro. Publicado em 1959, atualmente encontra-se na 34ª edição pela Editora Companhia das Letras (2007), as 33 edições anteriores foram publicadas pela Editora Fundo de Cultura, de 1959 a 1966 e pela Editora Nacional de 1967 a 2006 (FURTADO, 2007; FURTADO, R. F., 2009).

intercâmbio”, “industrialização via substituição das importações”, “divisão centro-preferia”, entre outros – com a finalidade de caracterizar e explicar o modo específico de industrialização, crescimento econômico, introdução do progresso técnico e tecnológico, distribuição de renda e absorção da força de trabalho na periferia.

A análise cepalina concentrou-se na crítica aos principais postulados da economia neoclássica e na recusa do princípio das vantagens comparativas¹¹ que comandava a divisão internacional do trabalho, dentro da qual as economias periféricas deveriam especializar-se na produção de bens primários (de menor valor agregado). A CEPAL evidenciou que essa suposta “vantagem comparativa” provocava a “deterioração dos termos de intercâmbio”: em decorrência da diferença entre os preços dos produtos primários e dos produtos industrializados produzidos no centro do sistema. Dada a transferência de valor ocorrida nas relações troca internacionais, a periferia acabava por não reter os avanços do progresso técnico, o que reduzia a sua capacidade de acumulação de capital. Essas relações desiguais entre centro e periferia culminavam no desenvolvimento desigual e periférico da América Latina, do qual por sua vez o subdesenvolvimento era tomado como resultado. A solução para romper a lógica centro-periferia e superar o subdesenvolvimento estaria na “industrialização via substituição das importações”, conduzida pela ação do Estado.

A nova reflexão sobre as economias subdesenvolvidas latino-americanas construída pela CEPAL tornou-se uma referência mundial de informação sobre a realidade econômica e social da região. As perspectivas da CEPAL e do ISEB foram contemporâneas e coerentes entre si, atingindo seu auge nos anos 1950. As ideias isebianas de caráter amplamente político complementavam-se e ganhavam sustentação, no plano econômico, a partir da fundamentação teórica dual-estruturalista cepalina. Em linhas gerais os

¹¹ Segundo a teoria ricardiana, o equilíbrio das relações internacionais seria garantido através da especialização das economias na produção dos bens em que fossem comparativamente mais eficientes: sendo assim, a periferia deveria especializar-se no setor de produtos primários e semielaborados, enquanto o centro se especializaria em produtos com alto valor agregado (incorporação do progresso técnico).

dois grupos partiam de uma mesma ideia: compreendiam o desenvolvimento como produto de uma estratégia nacional de industrialização, tendo como agente principal o Estado. A eficácia da intervenção estatal para a aceleração do crescimento econômico constitui o aspecto mais significativo do debate entre as inúmeras correntes desenvolvimentistas. O centro de toda discussão sempre foi o Estado e a definição do seu papel no desenvolvimento econômico.

A crise dos anos 1930 tornou evidente que a mão invisível do mercado não era suficiente para garantir a estabilidade das relações sociais capitalistas, gerando a discussão entre os economistas ortodoxos, liberais ou neoclássicos – adeptos do *laissez-faire* – e os economistas heterodoxos, Keynesianos e estruturalistas, que afirmavam a função do Estado como estabilizador das economias nacionais. Foi preciso o quase colapso do capitalismo para que se desencadeassem as intensas transformações que possibilitariam a acomodação das técnicas tayloristas-fordistas no centro do sistema através dos mecanismos de controle social. Ao contrário dos países centrais, onde consolidou-se o Estado de Bem-Estar Social, a intervenção estatal assumiu formas específicas nos países periféricos, onde os governos na maior parte das circunstâncias optaram pela utilização de políticas macroeconômicas ortodoxas, de corte conservador, garantindo adesão espontânea das massas ao projeto de sociedade da burguesia por meio do pacto populista.

Como aponta Bresser-Pereira (2005, p. 202), os nacionalistas defendiam a correspondência da nação – como uma grande associação de pessoas em torno de valores e destinos comuns – com o Estado, para a formação do moderno Estado-nação. No interior da estratégia nacional-desenvolvimentista, como destaca o autor, seria impossível que os países subdesenvolvidos alcançassem o desenvolvimento sem que “sua revolução capitalista se completasse pela revolução nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2005, p. 208). Enquanto a revolução capitalista ou burguesa daria origem a uma classe orientada para a acumulação de capital e a uma classe de trabalhadores assalariados, representando o conflito que marca a relação

capital-trabalho; a revolução nacional daria origem ao Estado-nação moderno que teria a função de garantir o acordo entre as classes sociais em torno do projeto de nação da burguesia, utilizando o aparelho de Estado e suas instituições para estabelecer um mercado interno reservado para a indústria nacional e criar instrumentos de ação coletiva para que a estratégia de desenvolvimento fosse concebida e executada.

A formação do Estado nacional, tomada como condição histórica fundamental do desenvolvimento econômico, fazia-se necessária para proteger a indústria nacional contra os interesses do centro imperial. Não apenas os fatores internos decorrentes do colonialismo eram vistos como a raiz do subdesenvolvimento, mas também a exploração dos países desenvolvidos, que segundo a teoria do imperialismo, buscavam manter os países periféricos como produtores de matérias-primas e alimentos (bens primários). Sendo assim, para sair do círculo vicioso do subdesenvolvimento, seria necessária às regiões periféricas, a superação do “profundo dualismo nas estruturas produtivas” criado pelo processo de inserção no mercado internacional. Tendo em conta a raiz keynesiana da CEPAL, diante da insuficiência dos mecanismos de mercado na periferia, a ação estatal por meio do planejamento e da programação surgem como chave para conferir racionalidade e sistematicidade às políticas econômicas latino-americanas de industrialização. A reflexão sobre o papel e sobre a natureza do Estado voltou-se essencialmente para orientar a discussão, a pesquisa e as políticas concretas de caráter alfandegário, tributário, cambial, fiscal e social.

A ideologia nacional-desenvolvimentista teve hegemonia no cenário político-intelectual da década de 1950 e foi caracterizada como uma visão ideológica progressista, industrialista e modernizadora. O debate sobre o papel do Estado e da burguesia nacional como protagonistas revolução democrático-burguesa no Brasil sofreu uma ruptura após o golpe de 1964, quando a burguesia brasileira consolida a sua associação dependente ao capital estrangeiro, sobretudo, ao capital estadunidense. O debate sobre o desenvolvimento e sobre a revolução será, então, reorganizado sobre novas bases.

Considerações finais:

Este estudo consistiu num esforço para compreender a natureza do debate político e teórico e o cenário de disputa ideológica que influenciaram a produção intelectual de Celso Furtado sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, das economias e sociedades latino-americanas.

O termo subdesenvolvimento não é neutro. A utilização do prefixo “sub” para designar a condição antes expressa pela descrição dessas sociedades como “atrasadas”, tem como marco o discurso de posse do presidente Harry Truman em 20 janeiro de 1949, quando foram expressas as diretrizes da política externa estadunidense e o que seria um dos pilares da doutrina da guerra fria. No chamado Ponto IV do discurso, o presidente estadunidense demarcou a oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, identificando a pobreza dos países periféricos como uma “ameaça para eles mesmos, quanto para as áreas mais prósperas” (TRUMAN, 1949). Entre os fundamentos da política anticomunista de Truman estava o programa de desenvolvimento que visava tornar os benefícios da industrialização e dos avanços científicos acessíveis às áreas subdesenvolvidas, garantindo nesses territórios a hegemonia dos Estados Unidos e do capitalismo.

Na mesma época, os intelectuais da CEPAL, entre eles Celso Furtado, partiam de uma perspectiva radicalmente oposta às teses dos economistas do desenvolvimento estadunidenses e europeus, que articulava uma visão histórica e estrutural do capitalismo. Essa perspectiva teórica própria e original, que partia do estudo da realidade econômica e social da América Latina como objeto, fez com que a ideologia do desenvolvimento adquirisse formas específicas. No quadro dos conflitos de classe que perpassaram os processos de industrialização no Brasil e em outros países latino-americanos, a ideologia do desenvolvimento encontrou um terreno fértil, amalgamando os interesses dos segmentos nacionais do capital com os do grande capital internacional e as demandas da classe trabalhadora nas regiões subdesenvolvidas.

No plano teórico, a oposição entre desenvolvimento e subdesenvolvimento foi constituída em torno da oposição formal entre o

“arcaico” e o “moderno”, constituindo à dualidade estrutural que marcaram a teoria cepalino-furtadiana, na qual o setor pré-capitalista seria o obstáculo para a industrialização e para o desenvolvimento capitalista. Estes postulados serão objeto de críticas de interlocutores diretos como Francisco de Oliveira (2017) em sua “Crítica à Razão Dualista”, Florestan Fernandes e os teóricos da teoria marxista da dependência, no debate dos anos finais da década de 1960 e na década de 1970.

Entre os precursores das teorizações cepalinas, Celso Furtado foi quem mais se destacou, foi o intelectual que mais publicou sobre a formação econômica e social brasileira e sobre a especificidade do nosso desenvolvimento. A originalidade do pensamento cepalino-furtadiano, está na compreensão do subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento, ou seja, como uma produção histórica do capitalismo. Segundo Furtado, o subdesenvolvimento não poderia ser estudado como uma fase necessária ao processo universal de desenvolvimento a lá Rostow, mas dizia respeito a um processo cujos desdobramentos históricos poderiam dar origem a sequências e resultados distintos daqueles ocorridos nas economias ditas centrais.

Como fundamento das teorizações de Celso Furtado, “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico” e a “falha fundamental” da teoria do desenvolvimento que figura na bibliografia corrente é ignorar que o desenvolvimento possui uma nítida dimensão histórica, que abrange o “estudo crítico, em confronto com uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata” (FURTADO, 2011, p. 147).

Nesse sentido, durante os anos 1950, Furtado construiu sua crítica à vertente neoclássica da economia fundada nos modelos abstratos que desconsideram os aspectos históricos das economias periféricas através da transposição direta dos processos históricos de industrialização dos países ditos avançados. Tratava-se, para ele, de um “problema metodológico” que assumia importância particular no campo da teoria do desenvolvimento por duas razões principais: a impossibilidade de eliminar o fator tempo ou

ignorar a irreversibilidade dos processos econômicos históricos e a impossibilidade de ignorar as diferenças de estrutura de economias em momentos históricos distintos.

A apreensão do caráter ideológico da teoria do desenvolvimento, bem como da teoria do subdesenvolvimento, não atribui a elas inutilidade em termos de conhecimento da realidade e não as reduz à falsa consciência. Ao contrário, ainda que possam assumir a forma de ideologia o seu estudo traz elementos de descrição e mesmo de compreensão da realidade social partir das ideias hegemônicas naquele período, já que a ideologia tem origem na realidade histórico-concreta. O combate de qualquer discurso ideológico requer o estudo de seus conteúdos particulares e históricos, no intuito de desnaturalizá-lo. A apreensão e compreensão das contradições e mediações a partir das quais se constitui a ideologia do desenvolvimento nos permite sair de uma visão genérica, para uma análise dos processos sociais mais complexos, através dos quais ele se constituiu e permaneceu como discurso hegemônico no campo político-intelectual ao longo dos últimos 70 anos.

Referências

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BRASIL. **Decreto n. 37.608**, de 14 de julho de 1955. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37608-14-julho-1955-336008-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 53.884**, de 13 de abril de 1964. Extingue o Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53884-13-abril-1964-394176-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 29 de out. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência. **Revista Instituto Humanitas Unisinos**, n. 392, Ano XII, 2012; Disponível em:

<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2005/05.06.ISEB-CEPAL-TeoriaDependencia.pdf>. Acesso em 22 de nov. 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Teorias da modernização e expansão capitalista. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, Sociedade Brasileira de Sociologia 2005, Belo Horizonte. **Livro de Resumos do ...** Belo Horizonte: SBS; UFMG, 2005.

DEMIER, Felipe Abranches. **O longo bonapartismo brasileiro** (1930-1964): autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. (Tese de doutorado em História). Niterói: PPGH/UFF, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006 [1975].

FERNANDINO, Fabrício. Catálogo da exposição 1964: Bibliografia. In: Seminário sobre a Economia Mineira, 16º, 2014, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2014. Disponível em <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/diamantina-2014/exposicao1964/>. Acesso em 25 de out. 2020.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz, 1974.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (1967).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1959).

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2009 (1961).

FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 (2001).

FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. Prefácio. In: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar (org.). **Formação econômica do Brasil**: edição comemorativa: 50 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

INTÉRPRETES DO BRASIL. **Celso Furtado**. Disponível em: <http://www.interpretesdobrasil.org/sitePage/66.av>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

JAGUARIBE, Helio. ISEB: Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 14, pp.231-260, jan.-jun. 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/132/133>. Acesso em: 22 de nov. 2020.

MORAES, Reginaldo Carmello de. **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MORAES, Reginaldo Carmello de. Nota sobre a economia do desenvolvimento nos “vinte e cinco gloriosos” do pós-guerra. **Cadernos CEDEC**, São Paulo, ago. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **A navegação venturosa**: ensaios sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRADO, Fernando Correa (2015). **Ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. Tese (Doutorado em Economia) Universidade do Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Os partidos comunistas vinculados à Terceira Internacional. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.